

“Pagamento simbólico depende de avanço na negociação”, diz Milliet

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

“No momento, estamos cogitando sobre tudo, mas ainda não formulamos nossa proposta e não se pensa em pagamento simbólico dos juros aos bancos credores sem que haja avanços e uma perspectiva favorável com respeito à renegociação da dívida externa”, diz o presidente do Banco Central, Fernando Milliet. Ele confirmou que o Brasil pensa em retomar as conversas com os credores externos em setembro — a data não foi ainda definida —, um pouco antes da reunião anual do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, que começa no dia 28 do próximo mês, em Washington.

Antes disso, o assessor especial do ministro da Fazenda para Assuntos da Dívida Externa, Fernão Bracher, fará uma viagem pelos países credores da Europa — possivelmente com passagem pelos Estados Unidos, na volta —, justamente para colher impressões de modo que seja arrematada a proposta de acerto que o governo pretende levar aos bancos.

A missão de Bracher visa justamente à confecção da série de apêndices que estarão atrelados aos termos do acordo principal e que vão alinhar diversas alternativas a serem colocadas para escolha dos bancos em função de seus interesses e dos aspectos legais aos quais estão vinculados em seus respectivos países, como por exemplo a forma pela qual concordariam em refinanciar os juros relativos a 1985 e a 1986.

Alguns bancos, como os europeus, não têm dificuldades em optar pela capitalização do serviço da dívida junto ao principal. Já as instituições norte-americanas, por questões de regras internas, ficam mais à vontade para fazer o refinanciamento através de novos empréstimos.

Bracher, segundo informou a este jornal, não sabe quando viaja, mas a expec-

tativa é de que saia do País ainda neste mês. Ele de modo algum autoriza que se calcule em US\$ 400 milhões o valor do pagamento simbólico que o Brasil poderia aceitar, em meio ao processo de entendimento. “Ninguém sabe quanto seria, nem mesmo os bancos têm este valor na cabeça”, disse ele.

Quanto ao prazo fatal que venceu ontem — quando foram transcorridos os seis meses de vigência da moratória brasileira decretada em 20 de fevereiro —, não crê que os bancos norte-americanos, por conta própria, venham a tomar a decisão de rebaixar os créditos brasileiros para o nível classificado como “value impaired”. Nessa condição, a provisão é feita nominalmente em função do devedor inadimplente.

A tendência, conforme observou, é de que os bancos aguardem o pronunciamento da Interagency Country Exposure Committee, um organismo do governo norte-americano, com poderes de tornar o rebaixamento do crédito obrigatório para todos os bancos que estejam sem receber juros por mais de seis meses. O comitê reúne-se em 20 de outubro. Bracher não tem certeza, mas acredita que os bancos recebam algum tipo de benefício fiscal, caso a decisão venha da agência, e que não receberiam se adotassem a medida por sua conta.

De qualquer modo, tanto ele quanto Milliet contam com a perspectiva de que até 20 de outubro haja tempo suficiente para evitar uma decisão mais drástica do comitê. Se as negociações forem de fato retomadas em setembro, as conversas estariam em pleno curso naquela data com a chance até de o Brasil já haver concordado com o pagamento simbólico dos juros. “Não nos interessa uma situação de conflito permanente”, atestou o presidente do Banco Central.